

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O QUARTO DE DESPEJO: UMA REFLEXÃO SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL

JULIANA FRACARO DA SILVA¹

SELMA MARIA SILVA DE OLIVEIRA BRANDAO²

RESUMO

O trabalho visa contribuir para adensar o debate acerca da extensão universitária popular na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, tomando como referência a obra “O quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus. Neste debate identifica as possibilidades e desafios para o avanço de uma formação antirracista no Serviço Social, a partir da curricularização da extensão.

Palavras-Chave: serviço social; extensão universitária popular; étnico-racial; o quarto de despejo.

RESUMEN

La visa de trabajo contribuye a profundizar el debate sobre la extensión universitaria popular de la formación académico-profesional en Trabajo Social, tomando como referencia la obra "O cuarto de despejo" de Carolina María de Jesús. Este debate identifica las posibilidades y desafíos para el avance de una formación antirracista en el Servicio Social, a partir de la extensión curricular.

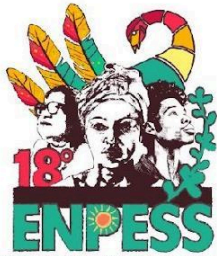
Palabras Claves: trabajo social; extensión universitaria popular; étnico-racial; o cuarto de despejo.

1. INTRODUÇÃO

“Surgiu a noite. As estrelas estão ocultas. O barraco está cheio de pernilongos. eu vou acender uma

¹ Pontifícia Universidade Católica

² Universidade Federal do Maranhão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

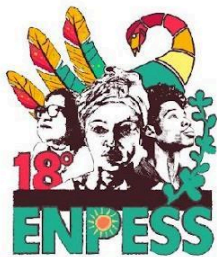
folha de jornal e passar pelas
paredes. É assim que os
favelados matam mosquitos.”
(Carolina Maria de Jesus)

No livro *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus (2014) nos apresenta de forma muito consistente e poética, o cotidiano de uma vida na favela e suas angústias principalmente em relação à fome, e ainda exprime diversas expressões da questão social que atravessam a vida da classe trabalhadora que está jogada à margem da sociedade. Ela nos evidencia todos os atravessamentos da vida de um/a “favelado/a”, a falta de trabalho e/ou o trabalho precário, as péssimas condições de moradia, o custo alto de vida para manter o básico para a sobrevivência bem como para locomoção, a violência doméstica, o trabalho infantil, o machismo, o racismo, a xenofobia, entre outros problemas sociais que são frutos do sistema capitalista dependente que seguia em curso no Brasil da década de 1950.

Em meio às suas aflições e revoltas, Carolina nos revela sua compreensão de mundo, o saber do povo marginalizado para resolver situações e demandas sobre as necessidades básicas de seu cotidiano, mas também complexas, individuais e coletivas. Isso fica nítido em cada passagem de seu diário. Solucionar questões simples, como matar os mosquitos no barraco com papel queimado, parte de um saber constituído a partir de uma determinada necessidade de quem viveu (ou vive) num barraco, e isso (mas não só) é um saber popular. E esse saber é o ponto de partida para iniciar as nossas reflexões sobre a extensão universitária bem como o Serviço Social.

Sabemos que na década de 1950 o Serviço Social estava muito distante da compreensão da questão social e de um projeto ético-político crítico que visasse a emancipação humana, como bem aponta Carolina, competia ao Serviço Social³ cuidar “dos míseros favelados com carinho” (2014, p.34) e “ajustar os desajustados” (2014, p. 40), ou seja, a visão da profissão era assistencialista, ligada à igreja, conservadora, apresentada por lamamoto como um “arranjo teórico doutrinário” (2014). Sendo assim, o Serviço Social tinha o papel de ajustamento do pobre à sociedade sem tomar o conhecimento “da existência infausta dos marginais” (2014, p. 40).

³ Mesmo sabendo que o Serviço Social citado por Carolina seja o serviço da assistência social prestado pelo estado através das associações católicas da época, cabe ressaltar que o Serviço Social enquanto profissão estava sendo convocado nessa mesma toada e com os mesmos propósitos assistencialistas, sendo se especializando e se transformando posteriormente devido a demanda de instrução técnica para o trabalho, que inclusive nos levará a profissionalização.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse mesmo passo estava a Universidade brasileira, como aponta Kochhann (2021, p.27) “A década de 1950 marcou o desenvolvimento do país com ritmo acelerado, no tocante à industrialização e ao crescimento na economia, o que influenciou as Universidades para formação de mão de obra em detrimento da pesquisa e produção de conhecimento”. Em especial, a extensão universitária, que mesmo constando nas leis relacionadas ao ensino superior, como a Lei 1.254/1950 que dispõe sobre o sistema federal de ensino superior, aparecia bem distante da construção coletiva de conhecimento com a sociedade, a proposta era transferência de conhecimento produzido nas universidades através de cursos e conferências.

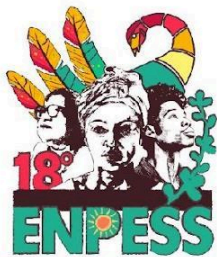
A universidade somente irá repensar o seu papel social junto à sociedade, bem como as possibilidades e novas concepções da extensão universitária, só a partir de 1960, muito influenciada pelos movimentos sociais em especial o movimento estudantil, bem como pelas ações de caráter social desenvolvidas por Paulo Freire⁴, compreendendo a extensão universitária como um processo dialógico entre conhecimento popular (sociedade⁵) e o conhecimento acadêmico (universidade) para a produção coletiva do conhecimento científico para a resolução de problemas latentes da sociedade, em especial, problemas sociais que atravessavam/atravessam a classe trabalhadora.

Cabe ressaltar que essa compreensão de “extensão universitária emancipante” não está dada, e está em constante disputa, principalmente no sistema vigente de capitalismo ultraliberal. Porém, isso não é uma novidade aos nossos olhos, Manacorda (2010), Ponce (1986) e Fernandes (2020) já nos alertavam sobre o interesse da classe dominante pela educação desde o início de sua história. A nossa luta por uma educação emancipatória, da escola básica à universidade, é o nosso mote de vida, e acreditamos que a extensão universitária é um espaço dentro da universidade que se direcionada aos interesses da classe trabalhadora tem um grande potencial de promover a conscientização e a transformação social.

Sendo assim, este trabalho parte das reflexões diárias de Carolina Maria de Jesus e os saberes populares dos “favelados”, para apresentar a potencialidade da construção do conhecimento coletivo a partir da extensão universitária, e as possibilidades para o Serviço Social compreendendo que a extensão é um espaço da formação profissional privilegiado, que indissociada do ensino e da pesquisa, proporciona um movimento de aprendizagem que possibilita a intervenção da realidade e deve ter como horizonte a transformação social.

⁴ Destaca-se o Movimento de Cultura Popular e processo de alfabetização de Angicos-RN (1963) que estão evidenciados no livro Educação como prática da liberdade de Paulo Freire.

⁵ Quando apontamos a sociedade como fonte de conhecimento popular, não significa que a universidade está fora desta sociedade, utiliza-se o termo apenas para diferenciar os espaços de múltiplos saberes, porém, apontamos a necessidade da universidade partir do conhecimento da sociedade para a produção do conhecimento científico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2. A extensão universitária popular: possibilidades de transformação da realidade

“Se a maioria revoltar-se, o que
pode fazer a minoria?”
(Carolina Maria de Jesus)

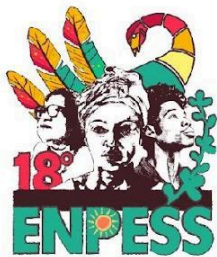
Antes de adentrarmos na extensão universitária popular, é indispensável termos a compreensão de que a extensão universitária é um dos elementos do processo de ensino aprendizagem e que juntamente com ensino e a pesquisa possibilitam a formação profissional cunhada na realidade da sociedade, visando a transformação desta, a partir da intervenção assentada na construção coletiva do conhecimento entre sociedade e universidade.

Pensar em extensão universitária popular, parte necessariamente da compreensão de que a sociedade não é apenas um laboratório para a extensão, sendo que a extensão deve ser um lugar de emancipação e não de ação exploratória das necessidades da sociedade para fins acadêmicos, ou seja, a relação sociedade-universidade é de mútuo aprendizado com vistas para a transformação da realidade.

Essa compreensão de extensão universitária coloca em evidência que a extensão não é só um processo de ensino e aprendizagem, mas também “um processo acadêmico que tem relação direta com a transformação social”, podendo “vir a ser para a manutenção ou emancipação das relações sociais” (Kochhann, 2021 p.13). Esse entendimento perpassa todo o debate realizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) desde sua criação em 1987.

É importante ressaltar que essa concepção de uma educação emancipatória que está inserida na extensão universitária popular, se aproxima muito da concepção de educação desenvolvida por Krupskaya (2017) em “A construção da pedagogia socialista”, o qual abarca a educação a partir do conceito ontológico do trabalho trabalhada por Marx em O Capital, ou seja, o aprendizado a partir das necessidades da sociedade, construindo o conhecimento de forma coletiva para a transformação e construção de uma nova sociedade, no caso, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Destarte, quando Carolina nos indica a possibilidade de revolta de uma maioria, e aqui a maioria se refere à classe trabalhadora, nos aponta a transformação dessa realidade que provoca a revolta, sendo a universidade um espaço profícuo dessa transformação, tendo a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

extensão universitária indissociada da pesquisa e do ensino, como elemento propulsor da transformação da realidade a partir da construção do conhecimento coletivo com os que sofrem com as mazelas da sociedade capitalista. Sendo assim,

[...] a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população[...] (FORPROEX, 2012, p.35).

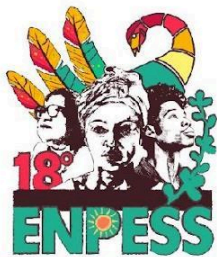
É importante destacar que a proposta não é de que a universidade promova uma revolução, isto está fora do seu alcance e de seu objetivo, a proposta é que o processo de formação profissional alicerçados no tripé ensino-pesquisa-**extensão**⁶ possibilite o conhecimento da totalidade e as condições materiais e concretas para a alteração da realidade, tanto para indivíduos que compõe a sociedade quanto para os futuros profissionais que intervirão na sociedade através das suas atividades.

3. O Serviço Social e a extensão universitária popular

“Não tinha papéis nas ruas.
E eu queria comprar um par de
sapatos para a Vera.
Segui catando papel.
Ganhei 41 cruzeiros.
Fiquei pensando na Vera, que ia
bradar e chorar, porque ela
quando não tem o que calçar fica
lamentando que não gosta de ser
pobre. Penso: se a miséria revolta
até as crianças...”
(Carolina Maria de Jesus)

Esse relato de Carolina remete a um passado nada distante, quando na graduação por participar de uma atividade sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), despertou a possibilidade da criação de um projeto de extensão com aquelas crianças e adolescentes que

⁶ Existe um debate na área da educação de que a extensão universitária deveria ser um primeiro elemento do tripé por ser o ponto de partida para o ensino e a pesquisa, sendo a extensão o local da práxis. Nesse mesmo debate acrescentam-se outros elementos como gestão e cultura. Porém, o Serviço Social a partir das suas Diretrizes Curriculares trabalha com base no tripé ensino, pesquisa e extensão, e com ele também trabalharemos nossas reflexões.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

participaram da atividade. Assim como Vera (filha de Carolina), as crianças ali tinham suas inquietações com o presente vivido e as opressões que lhe atravessam cotidianamente.

Depois de muitas discussões entre discentes e docentes da graduação do Serviço Social, sobre a possibilidade de criar uma extensão a partir do que as/os participantes traziam, compreendemos qual seria a nossa possibilidade de intervenção. Em suma, a ideia era a partir de suas demandas organizarem o conhecimento que tinham das opressões sofridas, para pensar em alternativas coletivas de luta, bem como mecanismos para fazer suas vozes ecoarem, tudo isso a partir de diversas leituras e atividades. Assim nasceu o projeto de Extensão “Vozes das crianças, adolescentes e Jovens: educação em direitos humanos”⁷.

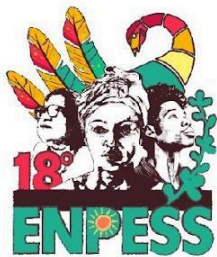
Fazemos questão de trazer o processo de criação da extensão, pois ele elucida todas as considerações desenvolvidas até aqui sobre a extensão universitária popular. O saber popular (o conhecimento vivido pelas crianças e adolescentes em seu cotidiano), a construção coletiva a partir de suas demandas (demandas da sociedade), a indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão (tivemos formação, produzimos conhecimento e realizamos as atividades), e até mesmo a interdisciplinaridade (aqui pouco desenvolvida, mas fundamental na extensão universitária), bem como a possibilidade da transformação na realidade.

Diante do exposto, fica nítida a importância da extensão universitária na formação profissional em Serviço Social, por seu caráter interventivo e por corresponder com o nosso projeto ético-político, ou seja, “[...] a concepção de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana” (ABEPSS, 2021). Sendo assim, é um importante elemento da formação que em articulação com o ensino e a pesquisa proporciona uma:

[...] formação profissional como uma capacitação que envolva articuladamente as dimensões teórico metodológica, ético-político e técnico operativo para a compreensão crítica dos processos históricos como totalidade; a análise sócio histórica da formação social brasileira e a particularidade de constituição e desenvolvimento do capitalismo possibilitando a compreensão acerca da própria profissão a partir da questão social que se gesta na relação contraditória entre capital e trabalho; a identificação das demandas que surgem no cotidiano. (ABESS, 1997 *apud* ABEPSS, 2021).

Neste trabalho, compreende-se a formação profissional em Serviço Social como um amplo processo “[...] determinado socialmente no conjunto das relações mais gerais de uma dada

⁷ O projeto e extensão está vinculado ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF), que é associado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) e da graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista. Tive o prazer de participar desde a construção coletiva de sua criação até a produção do ebook sobre as atividades da extensão. O ebook pode ser acessado via: <https://forms.gle/br6LPrT9pGfifDGJ8>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

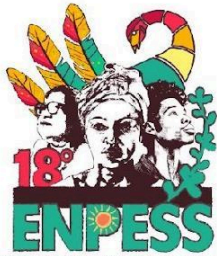
formação social e no contexto contraditório da universidade, enquanto espaço institucional onde se concretiza a formação básica do profissional” (Cardoso, 1998, p. 46). Assim, expressa uma determinada concepção de ensino diretamente relacionada com a vida social, de onde se configuram os devidos parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional, colocados historicamente pelas sequelas da questão social e pela divisão social e técnica do trabalho (ABESS/CEDEPSS, 1996). A partir dessa referência, torna-se imprescindível destacar a concepção de Universidade que norteia tal entendimento, considerando as múltiplas interpretações existentes acerca da função social desta instituição na sociedade.

Segundo Faria (2005), ao longo do tempo, permeia nas Universidades um grande paradoxo, qual seja o de, em sendo plurais em sua prática acadêmica, servir ao mesmo tempo tanto à lógica do capital quanto à organização do trabalho, em seu sentido libertário. Este paradoxo está presente em todas as atividades universitárias nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade é uma das mais antigas instituições constitutivas da sociedade humana, sendo por ela historicamente determinada. Segundo alguns historiadores, sua origem data do final do século XII, muito embora, somente a partir do século XIV, o termo *universitas* tenha sido reconhecido socialmente. Em sua origem, portanto, tem como prerrogativa básica a produção do saber como um fim em si mesmo, a partir da formação de uma elite aristocrática. Ao longo do tempo, no entanto, a universidade vem sofrendo alterações à medida que a própria sociedade também se modifica. A consolidação do modo de produção capitalista, com o advento da Revolução Industrial, por exemplo, criou a necessidade de maiores especializações e técnicas que se adequassem às alterações ocorridas na divisão social do trabalho, para melhor responder aos processos de desenvolvimento econômico e social imposto por este novo modelo de organização societária.

Sob o influxo das ideias liberais e com o objetivo inicial de formar os filhos da burguesia, aos poucos a universidade foi sendo pressionada para também atender às necessidades de formação das classes subalternas. Fruto da tradição e com variações de tempo e lugar, no decurso da história, esta instituição se transformou “[...] no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais” (Wanderley, 2003, p. 18).

Na contemporaneidade, a função de produzir, organizar, sistematizar, disseminar e transmitir conhecimentos através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é o que diferencia a Universidade, das demais instituições presentes na sociedade. Para realizar tal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

função, é imprescindível que ela tenha como princípios a democracia, o pluralismo e a autonomia, além de possuir todas as condições necessárias para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A este respeito destaca Faria:

Uma Universidade, qualquer que seja o seu tempo e quaisquer que sejam as condições sociais, econômicas, culturais e tecnológicas em que subsista, deve seguir princípios que venham a se constituir na unidade e sua ação acadêmica. Cinco são os princípios considerados fundamentais de uma instituição universitária: o da indissociabilidade entre a produção e a transmissão do conhecimento; o da autonomia plena com relação aos seus órgãos mantenedores; o da qualidade acadêmica; o da manutenção e da ampliação das formas democráticas de ação; o de atendimento das necessidades da sociedade por meio da defesa da pluralidade do conhecimento e da cidadania (2005, p. 22).

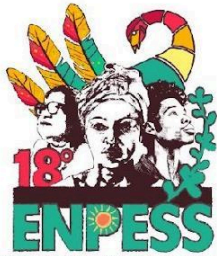
Entretanto, em sociedades como a brasileira, regida pelo capital, cuja perspectiva é tudo transformar em mercadoria, a Universidade e, neste caso, a pública, encontra grandes dificuldades em exercer sua verdadeira função social. Na atualidade, sobretudo nas economias periféricas, cobra-se cada vez mais que a Universidade responda à demanda de produtos com alto padrão tecnológico, sendo impulsionada pela economia de mercado. À mercê dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sob a tutela do Fundo Monetário Internacional, a Universidade é encarada sob o ponto de vista de um grande negócio, que deve como tal ser gerenciada “[...] segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercado” (Chauí, 1999, p. 119).

Para a referida autora, segundo a ótica destas agências financiadoras da educação em todo o mundo subdesenvolvido, a perspectiva é transformar a instituição Universidade em uma *organização administrada*, em nome da maior eficiência e produtividade, ou seja:

Enquanto uma instituição social tem a sociedade como seu princípio e seu referencial quanto aos valores e às normas, a organização tem seu princípio na idéia de estratégia, isto é, de emprego de meios eficazes para um certo objetivo, e tem como referência apenas a si mesma em um processo de competição com outras organizações que perseguem os mesmos objetivos no mercado (Chauí, 1999, p.120).

Assim, sob o ideário neoliberal, plenamente incorporado pelos últimos governos brasileiros, a Universidade Pública vem se descaracterizando em seus mais caros princípios, como o da autonomia e o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sabe-se que, para cumprir com o compromisso diante da sociedade de produzir, sistematizar e transmitir conhecimento de maneira crítica e democrática, a Universidade não pode



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prescindir da sua autonomia, princípio básico através do qual poderá contribuir com os processos de desenvolvimento e emancipação humana, através da efetiva participação nas lutas dos mais diferentes segmentos das classes subalternas que atuam na sociedade. Como também não pode deixar de assegurar a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um princípio determinante que assegura sua própria razão de ser.

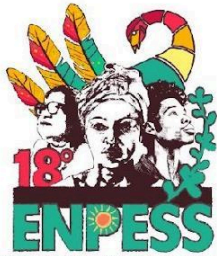
Neste contexto torna-se necessário uma reflexão sobre o papel e a importância da extensão no âmbito da Universidade pública, considerando sua desvalorização e descaracterização nas propostas acima mencionadas. Concebida como mecanismo de comunicação e articulação da Universidade com a sociedade, a extensão é uma modalidade de ensino e pesquisa, e não mera prestação de serviços à sociedade. Nas palavras de Faria:

Fazer extensão é escolher esta condição diferenciada de produzir conhecimento, de fazer ensino não formal restrito às salas de aulas, de atualizar estruturas curriculares de forma permanente, de integrar graus e níveis de ensino, de renovar, constantemente a função social da Universidade. Neste sentido, o valor maior da extensão é o de ser capaz de provocar esta intorelabilidade com relação à realidade social e de poder transformá-la em ação consciente do desenvolvimento e da política acadêmica (2005, p. 25).

Em que pese na atualidade um certo distanciamento desse entendimento na Universidade, a partir da retração de suas atividades acadêmicas e uma tendência cada vez mais presente de tudo transformar em produtos de mercado, diante das sempre crescentes restrições de financiamento do ensino público, é importante destacar que nem sempre foi assim. Em nível latino-americano, por exemplo, sabe-se que, a partir do Movimento de Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, realizado na década de 20 do século passado, importantes instituições foram fundadas, com a perspectiva de valorizar a extensão como espaço de produção de conhecimento, voltado para a plena emancipação humana, como a Universidade Popular de Lima, no Peru e a Universidade Popular José Martí, em Cuba. Segundo Wanderley (2003), a partir das últimas décadas do século passado, uma série de questões vem preocupando os diversos segmentos que constituem a Universidade, no sentido de problematizar suas finalidades nas sociedades latino-americanas, tais como:

A visão de uma ciência comprometida, a necessidade de democratizar a cultura e o ensino em todos os níveis, a democratização do poder interno da Universidade, a militância de professores e alunos em organizações e partidos populares, a necessidade de estágios para estudantes e outros mais (Wanderley, 2003, p.46).

Na sociedade brasileira, somente ao final dos anos 60 do século XX, foi consolidada a concepção de Universidade, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, sobretudo em razão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

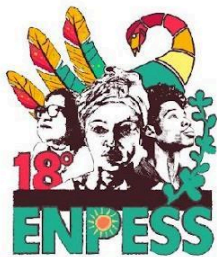
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de um amplo movimento de reforma cultural, cujas propostas, experiências, movimentos e instituições buscavam alternativas no sentido de democratizar a política, o sistema e os processos educativos, vinculando-os às reais necessidades das classes subalternas no país. Experiências importantes nesse sentido foram realizadas no âmbito da Universidade pública, através da atividade de extensão, a partir da crítica ao tradicional modelo de educação vigente na sociedade e também no espaço da academia. O maior e melhor exemplo nesse sentido foi o método Paulo Freire de Educação de Jovens e Adultos, que inaugurou a noção de educação como “prática de liberdade”. Segundo Mainwaring:

Freire começou a esboçar seu pensamento sobre a educação popular na metade e no final dos anos 50, quando lecionava na Universidade, no Recife. Durante o início dos anos 60, quando o MEB e outras experiências de educação popular surgiram, Paulo Freire introduziu novos programas de alfabetização de adultos como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco. Hoje suas idéias e técnicas para a alfabetização tornaram-se mundialmente famosas (2004,p.90)

Tecendo breves comentários sobre a história da extensão universitária no Brasil, apreende-se que as primeiras iniciativas de experiências nesta área, de que se têm notícias datam do início do século passado, geralmente a partir de iniciativas individuais ou de pequenos grupos, que a restringiam à realização de conferências eventuais, abertas ao público, abordando temáticas as mais diversas. A Universidade de São Paulo – USP foi pioneira na execução e difusão de atividades desta natureza, concebidas, enquanto instrumento de divulgação de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, popularização das ciências, das artes e das letras, através da realização de minicursos, palestras, filmes científicos e congêneres, sempre dirigidos pelas classes hegemônicas. Esta concepção político-acadêmica, definida inicialmente pela USP no ano de 1934, permaneceu como referência central nas décadas de 1940 e 1950, muito embora nesta conjuntura comecem a surgir no contexto universitário, algumas iniciativas de extensão de cunho mais crítico e contestatório.

Entretanto, esta perspectiva somente ganhará força a partir da intensa mobilização política dos anos que antecederam o golpe militar no Brasil, com a emergência de um movimento crítico na sociedade de contestação do conteúdo conservador da cultura nacional, inclusive com ampla participação dos estudantes universitários. Merece destaque, nesse sentido, o Movimento de Cultura popular em Pernambuco e os Centros populares de Cultura, da União Nacional dos Estudantes – UNE, o Movimento de Educação de Base – MEB e a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. A necessidade do efetivo compromisso da Universidade com a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

transformação estrutural do país, a partir da inserção de seus alunos e profissionais neste processo, foi a característica comum a todas elas.

Com o golpe de abril de 1964, o sistema educacional brasileiro foi um dos alvos mais duramente atacados pelos militares no poder. Segundo Netto (1991, p. 54), desde o início do regime militar, já se tinha definido a “filosofia” para esta política social no país, que “[...] consistia no enquadramento do processo institucional da educação”. Nesse sentido, destacam-se dois momentos no enfrentamento da Ditadura com a educação, neste período:

Um, entre 1964 e 1968, caracterizado especialmente pelo esforço para erradicar as experiências democratizantes que se vinham desenvolvendo; outro, a partir de 1968- 1969, marcado pela intervenção direcionada para modelar, pela política educacional, o sistema institucional de ensino conforme as exigências imediatas e estratégicas do projeto modernizador. [...] era necessário exemparizar os movimentos democráticos e populares, abortando a inovadora projeção da Universidade de Brasília, exilando Paulo Freire, ilegalizando a União Nacional dos Estudantes - UNE, desmantelando o Movimento de Educação de Base – MEB, etc. [...] Todas as indicações factuais levam à conclusão de que a refuncionalização do sistema educacional a partir de então conduzida obedece, no que concerne ao ensino superior, ao modelo oferecido pelos assessores norte-americanos que comandaram os estudos para a “reforma universitária.” (NETTO, 1991, p. 58-59)

Muito embora o caráter repressivo do regime em vigor no país, naquele momento, tenha permeado todas as instâncias da sociedade, sobretudo os espaços efetivos de organização política como sindicatos, partidos e também a Universidade, os focos de resistência cresciam e, no caso específico do ensino superior, este descontentamento com a política adotada pelos militares gerou uma crise, cujo desfecho foi a implantação da reforma universitária brasileira iniciada no ano de 1968. Suas principais medidas consistiram em: a instituição dos departamentos em substituição às cátedras, a implantação do regime de crédito, com inscrição por disciplinas, a instituição do ciclo básico e do vestibular unificado por região, o ingresso por classificação, além da fragmentação do grau acadêmico de graduação e a institucionalização da pós-graduação, dentre outros.

Salvo a destituição do regime de cátedra, antiga reivindicação das forças mais progressistas da Universidade brasileira, este conjunto de medidas, preconizadas pela reforma universitária, significou, em termos concretos, a consolidação da política de modernização conservadora no âmbito da Universidade pública brasileira, caracterizada, sobretudo, pela preocupação com a expansão do ensino superior público a baixo custo e o incentivo, inclusive financeiro, para a iniciativa privada assumir e transformar este setor da educação em um negócio

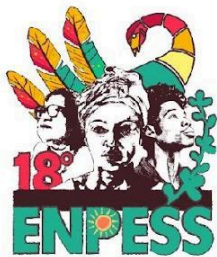
bastante lucrativo (Teixeira, 1969; Fernandes, 1979; Netto, 1992; Silva, 1984).

Após a destruição das experiências de extensão universitária, desenvolvidas com sucesso no Brasil no período anterior ao golpe houve, segundo a literatura especializada sobre o assunto, um esvaziamento quase total de atividades nesta área durante o ciclo da ditadura militar, com exceção para aquelas atividades diretamente voltadas para a implementação do projeto desenvolvimentista em curso no país. Um dado curioso nesse aspecto é que inclusive na reforma universitária, as atividades de extensão não se acham vinculadas por lei, em caráter obrigatório, a nenhum dos órgãos que compõem a estrutura universitária. Como destaca Wanderley:

Apenas no decreto de número 252/67 há uma referência que as universidades podem ter coordenação própria para as atividades de extensão, onde esta não é pensada como função da universidade, mas como uma forma de execução das atividades de ensino e pesquisa. Algumas iniciativas existentes partiram de Departamentos, de reitorias, ou órgãos criados propriamente para tal função. Em geral, a extensão é exercida por meio de cursos, seminários e prestação de variados tipos de serviços à comunidade (2003, p 48-49).

Em que pese o histórico descaso das autoridades nacionais, com uma efetiva política de educação superior, baseada na indispensável articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a serviço de um projeto de desenvolvimento que objetive a plena emancipação humana, o que o regime militar conseguiu foi isolar a Universidade do restante da sociedade, obstruindo os canais de articulação com os diversos movimentos das classes sociais. No projeto de educação desenhado pelos militares no poder, à Universidade foi reservada a função de contribuir para o processo de industrialização/desenvolvimento nacional com recursos provenientes do capital estrangeiro, divulgando como positivo este projeto, assentado na ideologia da segurança nacional. Este período também se destaca como sendo o de maior institucionalização oficial da atividade de extensão na Universidade pública brasileira, aparecendo com muita frequência no discurso governamental, que dispensou recursos expressivos para operacionalização de ações nesta área através da implementação de inúmeros Programas, pautados no Desenvolvimento de Comunidade, concebido segundo recomendação da ONU, como um meio para aceleração do desenvolvimento dos países do terceiro mundo, através da integração das diversas frações das classes subalternas àquele objetivo (Gurgel, 1986; Amman, 1985).

Nesta conjuntura, portanto, passam a vigorar, no âmbito das Instituições de Ensino Superior, dois projetos opostos em relação à extensão: um em estado de rearticulação se pauta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

no fortalecimento dos movimentos sociais e populares, buscando o desvendamento junto aos mais diferentes segmentos das classes subalternas, das contradições e desigualdades presentes na sociedade, como determinações das mais diferentes expressões da questão social; outro, em franca expansão, tinha a função de mascarar aquelas contradições, abordando a extensão como uma simples atividade prestadora de serviços assistencialistas e manipulatório.

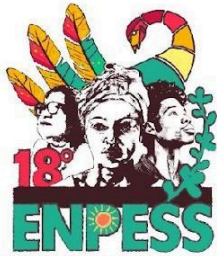
A partir das reflexões trazidas por Carolina Maria de Jesus em o Quarto de Despejo, foi possível pensar as possibilidades da extensão universitária popular para a intervenção e transformação dessa realidade que assola a classe trabalhadora, maioria que cotidianamente sofre com a miséria provocada para o enriquecimento de uma minoria. Carolina nos evidencia que as questões de raça, classe e gênero estão imbricadas, indicando que para a transformação concreta dessa realidade é fundamental que nenhuma dessas questões possa ser ignorada. É por isso que se faz tão importante a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política. A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores. (FORPROEX, 1999).

O ensino e a pesquisa garantirão a compreensão coletiva da realidade brasileira, de capitalismo tardio e dependente criado sob sangue e suor dos povos escravizados, mas também, vai permitir aprendermos sobre as nossas lutas e as possibilidades para as demandas do presente. Sendo a extensão a possibilidade concreta de intervenção na nossa realidade.

No Brasil, os cursos do ensino superior estão sendo demandados a implantar a extensão universitária em seus currículos a partir da curricularização da extensão estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) através da Resolução nº 07/2018, nela fica evidente a proposta aqui trazida de uma extensão universitária popular. Entretanto, possui brechas para que outra perspectiva de extensão seja adotada pelas instituições.

No bojo desses cursos se encontra o Serviço Social, que deverá se atentar para que a extensão universitária popular seja assumida pela categoria e adotada em seus cursos pelo Brasil, pois é a que corrobora com a nossa leitura de mundo e com o projeto ético-político da profissão. Portanto, precisamos estar vigilantes, pois como já abordado, os projetos de educação estão em constante disputa, e com a extensão universitária não seria diferente, e caberá a nós



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

direcionar a extensão universitária para a extensão universitária popular tendo como horizonte o papel da universidade e as possibilidades de transformação social.

Por fim, o Serviço Social deverá ter como horizonte que a curricularização da extensão universitária considera outra lógica de educação, uma educação anticolonial pautada nas demandas e necessidades das classes subalternas compostas pelas populações pobre, preta e periférica, bem como pelos povos indígenas, com suas especificidades e particularidades, e que serão referência a partir de suas vivências e seus conhecimentos para a produção de um conhecimento coletivo popular, com vistas para sua emancipação seja política ou humana, nossa perspectiva é e sempre deverá ser a da transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMMANN. Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5. ed. Cortez, São Paulo, 1985.

ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar_curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.254, de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1254.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

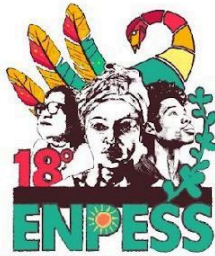
BRASIL. **Resolução nº. 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 05 abr. 2022.

CARDOSO, Franci Gomes. Processo de trabalho e formação profissional do assistente social no Maranhão. **Projeto de pesquisa do Departamento de serviço Social/UFMA**. São Luís/MA, julho/1998.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia Neoliberal e Universidade. In: **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2.ed. Vozes: Petrópolis, 1999.

FARIA. José Henrique de. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e contra-reforma do ensino superior. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XV, n.35, fev.2005. p. 13 a 33.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2022.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2022.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

KOCHHANN, A. **Epistemologia da extensão universitária: constructos iniciais.** Goiânia. Kelps, 2021.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista: escritos selecionados.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

JESUS, M. C. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 113ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

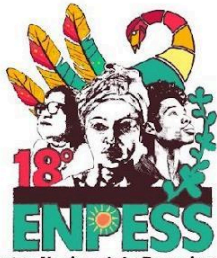
MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916/1985).** São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do Assistente social: a Inserção na realidade social e dinâmica da profissão.** São Paulo, Cortez, 1984.
TEIXEIRA, Anísio. **Os desafios atuais da educação superior.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WANDERLEY, Luís Eduardo. **O que é universidade.** São Paulo: Brasiliense, 2003, - (Coleção Primeiros Passos; 91)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social